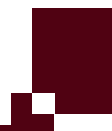


# ECOFEMINISMO – O EMPOBRECIMENTO DO MEIO AMBIENTE SOB UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

## ECOFEMINISM – THE IMPOVERISHMENT OF THE ENVIRONMENT FROM A FEMINIST PERSPECTIVE

Cícera Pinheiro Batista<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-2615-1803>



MIES, Maria; SHIVA. Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

Maria Mies e Vandana Shiva, ambas mulheres ativas nos movimentos feministas em defesa da justiça social e ecológica, são pesquisadoras que se destacam pela atuação nas ciências humanas e suas tecnologias. Seu pensamento potencializa as contribuições teóricas acerca do ecofeminismo no século XXI. Sob o ponto de vista dessas pensadoras, o meio ambiente e o terceiro mundo viriam a ser uma questão de maior relevância que está para além do que podemos compreender sobre as hesitações da humanidade. Ambas defendem uma dinâmica compassiva no compartilhamento de políticas de proteção às biodiversidades. Mies publicou *The lace Makers of Narsapur* (1982), *Women: The last Colony* (1988) e *The Subsistence Perspective* (1999). Dentre os muitos títulos de Shiva, estão *Staying Alive: Women, Ecology, and Development* (1989), *The Violence of the Green Revolution* (1991), *Biodiversity* (1992), *Biopolitics* (1995) e *Earth Democracy* (2005). A presente resenha traz, como objeto de análise, a obra *Ecofeminismo*, publicada pela primeira vez em 1993 e retraduzida para o português em 2021.

A obra *Ecofeminismo* é composta de sete seções, cujos títulos anunciam a interação que as autoras organizam na escrita, revezando os subtemas distribuídos nas quinhentas e duas páginas de uma análise crítica e reflexiva acerca da crise ecológica. Elas apresentam aos leitores uma perspectiva feminista atual sobre as crises advindas da exploração predatória dos bens naturais, consequência da acumulação capitalista. Retraçam a trajetória histórica e contraditória do sistema capitalista desde o princípio, passando pelas transições vivenciadas pelas sociedades ao mesmo tempo em que estas se organizaram ante as classificações como classe, raça, gênero, etnia dentre outras.

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [cicerapinheirobatista.patricia@gmail.com](mailto:cicerapinheirobatista.patricia@gmail.com)

Para as autoras, as forças políticas e econômicas no século XX foram transformadas conforme as bases materiais de produção. Portanto, se adaptaram às novas exigências do sistema do capital, optando por favorecer uma transnacionalidade empresarial responsável por contribuir com a precarização sistemática do estilo de vida no terceiro mundo. O Sul global teria sentido intensamente o processo de subordinação entre regiões perpetrado no contexto neoliberal que, afinal, contribuiria de forma decisiva para a crise corrente. Contrariando esse processo, a luta coletiva demandada pelas necessidades humanas deveria acontecer no atual momento histórico, através do emprego da prática *agroecológica* e *agroflorestal* para manutenção da biodiversidade.

O feminismo ecológico de Mies e Shiva traduz a necessidade de tratar de interesses comuns à comunidade global. Suas percepções pós-coloniais focalizam o dilema das transformações do clima num panorama marcado pelo risco de destruição total dos ecossistemas. E, diante deste quadro, elas apresentam soluções possíveis, apesar dos desafios impostos pela modernização. Trata-se de uma proposta focada nas possibilidades para uma ação coletiva da sustentabilidade e da sobrevivência, em detrimento das mesmas soluções motivadas pelas obscuridades do capitalismo global.

Inspiradas na noção de bem viver posta no livro *Ecofeminismo*, as autoras revisam como o problema da ameaça ambiental e as crises do capitalismo estariam interconectados às questões do gênero, da classe e da raça. Ademais, o surgimento de novas formas de violência contra as mulheres e o aumento de feminicídio a partir da década de 1990 são analisados em conexão com as injustiças do sistema econômico patriarcal. Essa obra convida as/os leitoras/es a avaliarem as capacidades criativas e destrutivas dos seres humanos ao realizarem a expropriação do meio ambiente na era do *Antropoceno* sob o discurso cientificista da transformação e/ou criação da “engenharia genética” pseudo-científica que manipula o processo natural.

As autoras nos levam a refletir sobre as questões oferecidas na obra, voltando o olhar para a época em que a crise climática era ainda uma advertência para as futuras gerações. Ponderam sobre as diferenças entre o presente e o passado, chamando a atenção para as formas de justificar as violações dos direitos humanos resultantes das invasões aos territórios estrangeiros. Isso porque a população, sobretudo as mulheres e crianças, é a vítima em potencial da violência verbal e física nos ambientes devastados, onde os itens básicos à sobrevivência se tornam mais escassos. Essa coautoria de duas mulheres cujas experiências se localizam em regiões geográficas bastante diferentes é o fruto da união de duas perspectivas complementares acerca dos problemas socioambientais, políticos e econômicos sob o ponto de vista da física teórica e da ciência social.

Ao abraçar um ponto em comum no que diz respeito ao cotidiano das mulheres, elas lançam uma releitura pertinente acerca da relação das mulheres e seu entorno. Isso porque suas preocupações com o cotidiano surgem das vivências nos movimentos feministas e ecológicos, espaços nos quais elas reagem às condições objetivas específicas das mulheres, independente de classe ou raça. Tais condições evocam a luta coletiva, apesar das divergências que muitas vezes dificultam compreender o compartilhamento desse

lugar comum que é o planeta Terra<sup>2</sup>. Trata-se de uma crítica que recai sobre a aliança política global da suposta convergência econômica positiva entre continentes, mas que dicotomiza as/os sujeitas/os em produtores e consumidores de um sistema que empobrece material e espiritualmente.

Como principais pensadoras do *ecofeminismo*, Mies e Shiva resgatam de forma bastante original a discussão sobre as referências modernas e a visão patriarcal do mundo. Para elas, é preciso abrir mão das dicotomias que conceitualizaram ou conceitualizam hierarquicamente a teoria e a prática, uma vez que são desagregadoras da relação ser humano/natureza. A contraproposta põe em xeque a noção de liberdade almejada pelo sistema colonizador ao exceder os limites da natureza. Basta observar como a estratégia da bifurcação utilizada para categorizar o local/global, por exemplo, não deu certo e constatar como a crise socioecológica que experienciamos neste século confirma isso.

O livro em questão preconiza que a preservação das culturas é a precondição para a continuidade do planeta Terra. Isso implica compreender que os fenômenos decorrentes dessa relação são mutuamente inspirados. E, sob pena de cairmos no relativismo cultural que legitima a homogeneidade, precisamos lançar mão da perspectiva ecofeminista para restaurar as interconexões. Por essa ótica, as percepções dogmáticas acerca dos princípios metodológicos da ciência moderna não têm esteio, por não poderem excluir outras formas de saberes.

Segundo as autoras, o *ecofeminismo* é um movimento que vislumbra redes de relações criadoras de novas conexões mediante as quais será possível redescobrir o elo entre o espírito e a matéria. Ele atua como dimensão das múltiplas existências presentes na política do cotidiano de todas as mulheres.

No decorrer da primeira parte do livro é abordada a trajetória da ciência moderna, bem como o seu papel frente aos processos de produção e reprodução humana e vegetal por meio da interferência de agentes tecnológicos. Além disso, as autoras traçam um perfil desse processo ressaltando que a ruptura ecológica no Sul global culminou na violação dos direitos do bem viver nas colônias, onde a produção e o consumo impactam os modos de vida desde então. Para além disso, o texto problematiza uma proposta científica pautada em princípios éticos e metodológicos cuja reciprocidade sujeito/sujeito seja considerada. E segue na segunda parte questionando o lema “dividir e governar”, que atende às convergências econômicas da crença no mercado mundial.

A terceira parte diz respeito ao mundo como aldeia global, embora organizado como espaço restrito e garantido para poucos – processo denominado como “masculinização da Terra”. Tal operação não só projetou, como também ocasionou o “desenraizamento” do solo, ao mesmo tempo em que inviabilizou a construção dos vínculos entre os seres humanos e os não humanos. Na quarta parte, é discutido esse movimento, ressaltando as bases sobre as quais a economia e a política patriarcal foram construídas, sempre sob o pretexto do progresso civilizatório. Um sistema que operou diferentes formas de oprimir

---

2 Comum no sentido de ser um espaço de igual importância para todos os seres, humanos e o resto da natureza na interrelação.

a biodiversidade e o conhecimento tradicional das mulheres. A pergunta centra-se nas implicações disto para a manutenção do racismo e do sexismo, ambos ferramentas de controle da população e do corpo como propriedade do mercado.

Ao longo da quinta e sexta parte, a argumentação considera os problemas que derivam de tratar os conceitos de libertação e liberalização sob o manto da autodeterminação iluminista. Para as autoras, é preciso apelar ao ponto de vista que considera o panorama dos direitos universais de forma igualitária. Logo, as perspectivas adotadas dizem respeito à dimensão individual e à dimensão coletiva ou comunitária, haja vista que, juntas, contrariam os interesses políticos e econômicos em voga. Dentre as possibilidades que o *ecofeminismo* vislumbra estão a autossuficiência e a sustentabilidade como forma de subsistências. Trata-se da ecológica baseada na descolonização socioeconômica, ambiental, política e intelectual das interrelações humanas com o resto da natureza.

Na sétima parte do livro, as autoras propõem uma nova visão política acerca do bem comum. Para tanto, elas convocam o conceito de “boa vida”, a partir do qual explicam as principais características da perspectiva de subsistência que inspira a discussão no livro *Ecofeminismo*. A proposta de novas formas de relações inclui a descentralização da burocracia estatal e, como consequência, a autossuficiência e o autoabastecimento. Considera o humano/natureza como parte das múltiplas realidades, cuja subjetividade precisa ser respeitada na rede de relações concordantes com a noção de democracia participativa no sentido pleno.

A perspectiva da subsistência implica, dentre outras coisas, reavaliar a comunicação entre o Sul e o Norte global, a fim de estabelecer conexões profícuas para a concretização da *ecopolítica* em prol da sobrevivência. Em detrimento da lógica do livre mercado, marcado pelas disputas entre grupos, é preciso pensar a partir de novos paradigmas, em virtude dos quais a ciência e a tecnologia estejam a serviço da reintegração da cultura e do trabalho. Na prática, a responsabilidade compartilhada substituiria a noção preconceituosa do trabalho, bem como a separação sexista movida pela filosofia da disparidade entre o Norte e o Sul, entre o rural e o urbano, entre o local e o global e entre as mulheres e os homens.

A noção de desenvolvimento oferecida nesse livro compreende o direito à reprodução natural sob uma nova ecologia da reprodução e se preocupa com as necessidades humanas fundamentais, para além de qualquer classificação. “Desenvolvimento”, aqui, significa que a real libertação do bem material só acontece na medida em as/os sujeitas/os se apartam da mentalidade industrial estabelecida pelos padrões de consumo exacerbado. Contrariando o sistema exploratório dos países do primeiro mundo em relação aos do terceiro mundo, a economia da autossuficiência se baseia na cooperação produtor-consumidor. Isso porque objetiva recuperar a responsabilidade compartilhada, há tempos deixada para trás, bem como o papel ativo dos governantes de todas as sociedades através da ecológica.

Trata-se de uma crítica às contribuições teóricas que enxergam no atual modelo de produção e reprodução do trabalho e do consumo alguma forma possível de combate

às catástrofes climática ou ecológica no século XXI. A crise produzida em nome das convergências econômicas seria, do ponto de vista da sobrevivência, o momento mais desagregador da história humana. Portanto, precisa de uma resposta à altura, com a efetivação de programas comprometidos com as transformações alternativas e viáveis, ao invés da simples adaptação ao atual estado de coisas em que a natureza se encontra. Para além da crítica ao sistema, Vandana Shiva e Maria Mies formularam vinte anos atrás uma nova definição de viver bem.

O livro, portanto, é um esforço intelectual que recoloca as relações intersubjetivas como principal aspecto a ser explorado se quisermos compreender os comportamentos humanos frente aos desafios que a natureza nos apresenta. O livro também é um chamado a pensar os fenômenos na sua interligação e interdependência, apesar das diferenças que por vezes atravessam as percepções sobre natureza e cultura. A obra exige que a leitora ou o leitor pense para além do paradigmático quadro de referência moderno. Sobretudo, no que se refere a conceitos fundamentais sobre os quais pesa a tradição científica, os quais deveriam ser examinados a partir de outros pontos de vista. É uma leitura que oportuniza à/aos leitora/es enxergarem, na ação *ecofeminista*, novos significados políticos na atuação concreta de combate à crise climática.

(Recebido para publicação em 10 de março de 2024)

(Aprovado para publicação em 17 de março de 2024)